

O PROCESSO DE MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO DA AMAZÔNIA MATO- GROSSENSE: REFLEXÕES À LUZ DA EPISTEME DOS ESTUDOS CULTURAIS

THE PROCESS OF MIGRATION AND COLONIZATION OF THE MATO-GROSS
AMAZON: REFLECTIONS IN THE LIGHT OF THE EPISTEME OF CULTURAL
STUDIES

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 05/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/791156578](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/791156578)

Jenilson de Aguiar Bianco¹

Géssica Souza Lacerda²

Laudemir Luiz Zart³

RESUMO

O presente trabalho analisa e discute o processo de migração e colonização da Amazônia Mato-Grossense, com foco nos trabalhos de Zart (1998) e Seluchinesk (2008), à luz da episteme dos Estudos Culturais. O artigo tem como objetivo, compreender que tipo de sujeito foi moldado, formado, construído ou ainda constituído a partir dos discursos das colonizadoras e/ou cooperativas de colonização que atuaram na colonização da Amazônia Mato-Grossense. Por meio da pesquisa bibliográfica e exploratória, pautada em uma análise na perspectiva da Teoria da Recepção de Hall (2003), que admite a influência de fatores sociais, políticos e culturais que alteram sujeitos, na medida que estes, decodificam as mensagens. Assim, constatamos que se utilizaram de recursos como: folders, jornais impressos, propagandas em rádios, com mensagens chamativas, pregando a riqueza rápida no processo de colonização. Mas esse processo possui marcas nítidas da colonização colonial, controlado pelo capital, mantendo assim as estruturas. Deste modo, constatamos nos trabalhos analisados traços e marcas dos Estudos Culturais, por interpretar, descrever e problematizar dinâmicas conflitantes da sociedade em diversos níveis culturais.

Palavras-chave: Estudos Culturais; Migração; Colonização; Trabalho; Propagandas.

ABSTRACT

The present work analyzes and discusses the process of migration and colonization of the Mato Grosso Amazon, focusing on the works of Zart (1998) and Seluchinesk (2008), in the light of the episteme of Cultural Studies. The article aims to understand what kind of subject was molded, formed, constructed or even constituted from the discourses of the colonizers and/or colonization cooperatives that acted in the colonization of the Mato Grosso Amazon. Through

bibliographical and exploratory research, based on an analysis from the perspective of Hall's Theory of Reception (2003), which admits the influence of social, political and cultural factors that alter subjects, as they decode messages. Thus, we found that they used resources such as: Folders, printed newspapers, radio advertisements, with flashy messages, preaching quick wealth in the colonization process. But this process has clear marks of colonial colonization, controlled by capital, thus maintaining the structures. In this way, we found in the works analyzed traits and marks of Cultural Studies, for interpreting, describing and problematizing conflicting dynamics of society at different cultural levels.

Keywords: Cultural Studies; Migration; Colonization; Work; Advertisements.

INTRODUÇÃO

O processo de migração e colonização da Amazônia Mato-Grossense possibilitaram um movimento populacional intenso fundado sobre os princípios do capital, trabalho, educação e religião, cuja célula é a família. As políticas de migração e ocupação produziram e moldaram identidades, culturas e sujeitos. Para compreender este movimento, refletimos a partir da episteme dos Estudos Culturais (EC), uma vez que consideram o uso da linguagem e dos meios de comunicação como operador de uma estrutura de poder, nas instituições, na política, na economia e na sociedade, apresentando as pessoas como produtoras e consumidores/as de cultura ao mesmo tempo.

Neste contexto, a linguagem atribui sentido, o receptor reproduz e/ou ressignifica os significados. Assim, a partir das reflexões realizadas durante a disciplina Teoria da Educação, surge o seguinte

questionamento: que tipo de sujeito foi formado, moldado ou constituído a partir dos discursos das colonizadoras que atuaram na colonização da Amazônia Mato-Grossense?

Através da questão apresentada, buscamos em Hall (1997), compreender que a representação através da linguagem é central para os processos pelos quais é produzido o significado. Onde a centralidade da cultura, ressaltada por Stuart Hall têm uma dimensão epistemológica, que vem sendo denominada “virada cultural”, no sentido substantivo, empírico e material da palavra (Hall, p.17).

Partimos do pressuposto que as identidades não podem ser representadas como fixas ou estáveis, mas relacionais e raramente recíprocas conforme Santos (2003). Ou seja, trata-se de “uma celebração móvel, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais [são] representadas ou interpretadas” (Hall, 1997, p.12-13). De fato, as identidades não são “coisas” com as quais se nasce, mas são formadas e transformadas ao longo do tempo através de processos inconscientes. Entretanto, a identidade é originalmente uma forma de dominação estabelecida num modo de produção do poder: “quem tem poder para declarar a diferença tem poder para declará-la superior às outras diferenças em que se espelha” (Santos, 2003, p. 30).

O discurso identitário surge diante da falta de inteireza, que é preenchida a partir do “nosso” exterior pelas formas através das quais “nós” imaginamos ser vistos por outros (Hall, 1997). Assim, caminhamos na perspectiva de Santos (2003), em que afirma que as identidades vão se moldando e deixando-se moldar, ora Caliban⁴,

ora, Próspero, a partir das relações de poder que vão sendo estabelecidas - ora colonizador, ora colonizado.

Deste modo, o artigo tem como objetivo, compreender que tipo de sujeito foi moldado, formado, construído ou ainda constituído a partir dos discursos das colonizadoras e ou cooperativas de colonização que atuaram na colonização da Amazônia Mato-Grossense. De modo a investigar as formas de produção ou criação de significados e de difusão dos mesmos pelas colonizadoras; realizamos também uma análise nas falas dos/as colonos/as entrevistados/as, qual foi o sentido atribuído pelos/as colonos/as, nos anúncios das colonizadoras. Por conseguinte, buscamos identificar nas memórias e relatos orais, registrados nos trabalhos de Zart (1998) e Seluchinesk (2008), os mecanismos, estratégias e políticas de constituição de sujeitos e identidades dos/as colonos/as.

O estudo possibilitou a compreensão das estratégias das colonizadoras no processo de produção de sentido atribuído a terra e ao trabalho. A partir da episteme, dos EC que tem o compromisso de examinar práticas culturais, apontando as relações entre cultura, conhecimento e poder. E vale lembrar, que tais estudos têm raízes marxistas, compreendendo que a vida social é a dinâmica da base produtiva das sociedades e das lutas de classes, onde o homem é um ser social histórico, com capacidade de trabalhar e desenvolver a produtividade do trabalho.

Neste caminho, consideramos que o marxismo contribui no sentido de compreender que a cultura não é dependente das relações econômicas e nem seu reflexo, mas tem influência e sofre consequências das relações políticas e econômicas. A partir destas questões, os Estudos Culturais acrescentam a necessidade de

considerar outras dinâmicas com integrantes de diversos níveis culturais, pois existem várias forças determinantes, como as econômicas, política e cultural, que competem em constante conflito entre si. Compondo a complexa unidade que é a sociedade.

Para atendermos ao objetivo proposto na pesquisa, da qual resulta este artigo, partimos de uma abordagem bibliográfica em que são tomados como elementos centrais da discussão os trabalhos produzidos por Zart (1998) e Seluchinesk (2008). Desta forma, estruturamos a abordagem a partir das reflexões identificadas nos respectivos referenciais, buscando abordar a importância dos Estudos Culturais e como essa episteme influenciou na construção do Ser no processo de migração, conforme observamos.

IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS CULTURAIS ENQUANTO EPISTEME E CAMPO DE INVESTIGAÇÃO

A literatura nacional e internacional tem apresentado diversas publicações que denunciam o avanço do capital sobre o trabalho, sobre o estado democrático de direito, estimulados pelo interesse financeiro da burguesia autóctone e estrangeira, que manipulam e regulam a sociedade através do mercado. Assim, as alianças dos setores neoliberais e neoconservadores no aparelho estatal desqualificam o Estado e a coisa pública, para abrir frentes de mercantilização de estruturas, de serviços, da educação, da saúde.

Tais eventos, foram observados com maior intensidade nos tempos de governo de extrema direita, em que vimos materializar de forma acelerada o desmonte da educação pública e sua intensa mercadorização. Além das censuras impostas através de discursos fascistas às universidades, onde pesquisar e “ensinar” de modo livre,

crítico e independente tem sido um ato de resistência, inclusive sujeitos a críticas e a processos judiciais.

Assim, defender a função fundamental da universidade, que no governo negacionista foi tão atacada, se tornou um ato de resistência, pois a defesa, reafirma o compromisso destas, em socializar os conhecimentos e as reflexões produzidas através de um ensino público, gratuito, competente e socialmente referenciados, conforme preceituam Krawczyk e Lombardi (2018).

É diante destes e outros contextos, que os EC, enquanto abordagem e movimento teórico-político, nômade e sem fronteiras, se apresentam como sendo um exímio instrumento ou método de investigação interdisciplinar, que busca entender como os significados são construídos/produzidos nas sociedades atuais. Neste caminho, verificamos que diversos autores ligados a esta perspectiva concebem a cultura como um campo de luta em torno da significação social. No qual, por meio dos EC, buscou-se examinar a conexão das obras culturais com as relações sociais e de poder.

A partir disso temos de acordo com Baptista (2009), a concepção de Estado em Atlhusser (1980); poder e micro-poder de Foucault (2008); Hegemonia, contra-hegemonia e produção de sentidos em Gramsci (1978); cultura popular de Bourdieu (1984) e condições pós-moderna e descréditos das metanarrativas em Lyotard (1987).

No que se refere a origem da nova abordagem, podemos dizer que surgiu no século XX, na Inglaterra, por meio de uma crítica contra a exploração e a mercantilização da vida. Mas os Estudos Culturais se ligam à algumas tradições precursoras, dentre as quais, merecem destaque a cultura e a sociedade. Quando o tema foi tratado a partir

de perspectivas variadas e de autores diversos, de orientação romântica ou neorromântica. O movimento romântico, na verdade foi uma crítica aos males da revolução industrial e a institucionalização burguesa na vida social. O que na visão romântica, a civilização burguesa é mecânica e inautêntica. Assim, o romantismo traz mudanças no significado dos termo cultura.

Neste sentido, a busca através da investigação no campo da literatura inglesa, com caráter interdisciplinar, no que tange a entender por meio da ação cultural, como os significados são produzidos, construídos na sociedade, e como o poder, a ideologia se materializa de diferentes maneiras na cultura erudita e na cultura de massa.

HISTÓRICO DO SURGIMENTO DOS ESTUDOS CULTURAIS

Denominado de saberes independentes e de campo de estudos diverso Wortmann; Costa; Silveira (2015), atribui aos Estudos Culturais um caráter fluído e aberto, sem fronteiras definidas. Por isso, muitas vezes tem-se dificuldade em defini-lo. Neste sentido Wortmann (2015) citado por Brasil et al. (2016, p.44), apontam que:

Os Estudos Culturais têm sido usualmente referidos como um conjunto de saberes nômades, que se expandiram, notadamente nos anos 1990, a partir da internacionalização das vertentes britânicas destes estudos que, ao migrarem para outros países, produziram uma série de deslocamentos em práticas e saberes locais.

Em complemento, Giroux (1995, p. 89) aponta que os Estudos Culturais fazem alguns afastamentos em relação as narrativas eurocêntricas, ao conhecimento disciplinar, à alta cultura, ao cientificismo e a outros legados inspirados pela herança diversificada do modernismo. Brasil et al. (2016), constatou que há um processo de internacionalização dos EC, com grande expansão e consolidação em solo americano, que vêm sendo fartamente afirmada e documentada por diversos autores.

Contudo, para entender este campo teórico de investigação referente aos EC e sua influência na educação, retomarmos o contexto histórico, os objetivos e as preocupações que culminaram na origem do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS).

Segundo Brasil et al. (2016), o campo dos EC surge, de forma organizada, através do CCCS, diante da alteração dos valores tradicionais da classe operária da Inglaterra do pós-guerra. Inspirado na sua pesquisa, *The Uses of Literacy* (1957), Richard Hoggart funda em 1964 o Centro. Ele surge ligado ao English Department da Universidade de Birmingham, constituindo-se num centro de pesquisa de pós-graduação da mesma instituição. As relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como suas relações com a sociedade e as mudanças sociais, vão compor o eixo principal de observação do CCCS.

De acordo com os estudos de Brasil et al. (2016), em 1960, Richard Hooggart, foi o primeiro diretor do CCCS e no período mais “fértil”, vivenciado entre 1968 e 1979, onde em uma palestra intitulada *Escola de inglês e sociedade contemporânea*, fez críticas a forma de ensino a qual a literatura inglesa estava sendo ensinada, propôs uma nova

abordagem: Literatura e Estudos Culturais Contemporâneos (Silva, 1995).

Com caráter interdisciplinar, os EC pode ser dividido, conforme Brasil et al. (2016, p. 45) em três partes: "1 - Histórica e filosófica; 2 - Sociológica e, 3 - Crítico-literária", em que esta é considerada a mais importante.

Neste contexto, três textos que surgiram no final dos anos 50, são identificados como as fontes dos Estudos Culturais: Richard Hoggart com *The Uses of Literacy* (Usos da alfabetização) de 1957, Raymond Williams com *Culture and Society* (Cultura e sociedade) de 1958, que por meio de um olhar diferenciado sobre a história literária, ele mostra que cultura é uma categoria-chave que conecta a análise literária com a investigação social, e *The Long Revolution* (A longa revolução) de 1961, em que segundo Escosteguy (2023), Williams avança na demonstração da intensidade do debate contemporâneo sobre o impacto cultural dos meios massivos, mostrando um certo pessimismo em relação à cultura popular e aos próprios meios de comunicação.

Por fim, E. P. Thompson com *The Making of the English Working-class* (A formação da classe trabalhadora inglesa) de 1963. O primeiro é em parte autobiográfico e em parte história cultural do meio do século XX. O segundo constrói um histórico do conceito de cultura, culminando com a ideia de que a "cultura comum ou ordinária" pode ser vista como um modo de vida em condições de igualdade de existência com o mundo das Artes, Literatura e Música. E o terceiro reconstrói uma parte da história da sociedade inglesa de um ponto de vista particular - a história "dos de baixo".

Em relação à contribuição de Thompson, Escosteguy (2023, p. 02), ela enfatiza que:

[...] que ele influencia o desenvolvimento da história social britânica de dentro da tradição marxista. Para ambos, Williams e Thompson, cultura era uma rede vivida de práticas e relações que constituíam a vida cotidiana, dentro da qual o papel do indivíduo estava em primeiro plano. Mas, de certa forma, Thompson resistia ao entendimento de cultura enquanto uma forma de vida global. Em vez disso, preferia entendê-la enquanto um enfrentamento entre modos de vida diferentes.

Tais obras foram fundamentais para consolidação dos EC. No entanto, Hall (1996, p. 32) interpretado por Escosteguy (2023, p. 02) ressalta que, “eles não foram, de forma alguma, ‘livros didáticos’ para a fundação de uma nova subdisciplina acadêmica: nada poderia estar mais distante de seu impulso intrínseco. Quer fossem históricos ou contemporâneos em seu foco, tais textos eram, eles próprios, focalizados pelas pressões imediatas do tempo e da sociedade na qual foram escritos, organizados através delas, além de serem elementos constituintes de respostas a essas pressões”. (Escosteguy, 2023, p. 02).

Vale lembrar que de acordo com Brasil et al. (2016), o CCCS nas quatro décadas de existência (1964-2002), o foco foi mudando. Onde na primeira década de funcionamento estava alinhada com o marxismo; nos anos de 1970, os textos da mídia e sua influência na ideologia dominante burguesa da sociedade, faziam uma releitura de Gramsci à luz dos estudos de gênero e raça. No final da referida

década, ocorre a incorporação das ideias de Althusser, Locan, Saussure, Barthes e Foucault, com foco no micronível do texto, do discurso e o foco no histórico. Brasil et al. (2016) ainda aponta em sua pesquisa que anos 80, há uma ênfase na cultura popular como local de resistência e conflito potencial (história da hegemonia), começam então a abarcar discursos e problemáticas múltiplas.

Por esse motivo é que Hall (2003) pontua que “os EC são mais definidos em termos daquilo que negam ou daquilo com qual rompem, ou seja, com aquilo que não são. Não se tratando, portanto, de um pluralismo simplista. Possuem, assim, um caráter político e teórico, uma vez que se caracterizam, respectivamente, pela constituição de um projeto político e de um novo campo de estudos. Uma vez que os EC tornam possível entender a relevância dos processos de regulação da cultura, inclusive na forma de políticas oficiais. Entendem-se aqui, como processos de regulação, a censura, instituições, mercado, tradição, valores comuns a todos, conduta dos sujeitos em sua dimensão cultural e discursiva.

Tal regulação, por sua vez, não ocorre fora dos sistemas de significados, mas se dá em arranjos de poder discursivo ou simbólico, nos sistemas classificatórios que constituem cada cultura. Nesse sentido, a manutenção da centralidade da cultura nas sociedades contemporâneas envolve duas dimensões: a globalização e o que foi denominado por Hall de virada cultural (mudança de paradigma ao que tange à produção de conhecimento).

Trata-se, portanto, com a virada cultural, de um deslocamento dos EC em direção a abordagens pós-estruturais, o que implica dar destaque à linguagem na construção e circulação do significado,

pois ela não reflete o mundo real, mas o institui, dando-lhe sentido. Há que se destacar ainda que, "não se trata de advogar que o mundo real não existe fora dos sistemas de significação, mas que seus sentidos são criados por tais sistemas. Essa nova compreensão da linguagem colocou a cultura no centro" (Lopes; Macedo, 2011, p. 197 apud Brasil et al., 2016, p. 48).

Assim, ainda segundo as autoras, os sistemas de significação que permitem construir sentidos são a própria cultura, sendo culturais as multifunções, as relações sociais e os processos econômicos, sociais e políticos. A política cultural envolve relações de propriedade, controle e acesso a bens materiais e simbólicos e está claramente vinculada à distribuição de poder e à formação de identidades individuais e sociais.

Para os EC, a cultura deve ser entendida como um terreno contestado em que os sujeitos constroem suas relações com o mundo e são construídos nessa relação. Sob essa ótica, a cultura é vista como espaço de construção de sentidos, sentidos esses, disseminados a partir da produção e divulgação de artefatos culturais, como filmes, livros, programas de TV, tecnologia, informática, leitura crítica (discursos culturais), seus nexos com o poder e suas consequências materiais na manutenção das desigualdades sociais. Nos sistemas discursivos que constituem a cultura, há sempre sentidos que escapam e produzem mudanças, ou seja, produção de artefatos alternativos – trabalho colaborativo, centrado no local (com vínculos globais), que passam a reconstituir os espaços culturais. "Para Hall[...], toda prática social tem uma dimensão cultural ou uma dimensão de significado, ou seja, um caráter discursivo". (Lopes; Macedo, 2011 apud Brasil et al., 2016, p. 48).

Conforme Silveira e Baptista (2020), os males da existência social da colônia são ostentados como resultado da inferioridade do colonizado em contraste com os privilégios intrínsecos do colono, ou seja, em decorrência da própria superioridade europeia. Onde para Fanon (1968, apud Silveira; Baptista, 2020) “o colono e o colonizado são velhos conhecidos. E, de fato, o colono tem razão quando diz que “os” conhece. É o colono que fez e continua a fazer o colonizado. O colono tira a sua verdade, isto é, os seus bens, do sistema colonial” (p. 26). Logo, a posição privilegiada do colono não deriva exclusivamente da organização da economia colonial, mas está intimamente conectada com a autoimagem do colonizado e a forma de representá-lo por parte do colonizador. Em suma, é indissociável da correlação de forças que, de alguma forma, o colonizador impôs (Silveira; Baptista, 2020, p. 358).

ESTUDOS CULTURAIS NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

Os Estudos Culturais tiveram origem britânicas, se espalhando por todo o mundo, partindo de uma vertente interdisciplinar, surgindo na América Latina por volta dos anos oitenta e noventa com uma roupagem revolucionária e políticas por estarem relacionados a transições democráticas (ditadura militar) e movimentos sociais (zapatismo, sem-terra e grupos dos direitos humanos, étnico-raciais, dentre outros). Alguns nomes estão constantemente associados aos EC na América Latina, dentre eles: Néstor García Canclini, Jesús Martín-Barbero, Beatriz Sarlo, Walter Dignolo, Nelly Richard e Alberto Moreiras. (Repestro, 2015).

De forma paradoxal, Martín-Barbero (1996) retrata que os EC latino-americanos não se originaram dos Estudos Culturais Britânicos, visto

que, muitos intelectuais já estavam trabalhando algum tipo de Estudo Cultural, ganhando força no continente, tanto que ele afirma:

Nós fazíamos Estudos Culturais há muito tempo. Na América Latina – no campo da Comunicação, desde a edição do livro de Pascuali nos anos sessenta – havia uma percepção de que os processos de comunicação eram processos culturais. Houve um momento em que Althusser e todas estas coisas apareceram na América Latina e foram percebidas de maneira muito obscura. Foi o meu caso. Não comecei a falar de cultura porque chegaram a mim coisas de fora. Foi lendo Martí, Arguedas que eu a descobri e, com ela, os processos de comunicação a serem analisados. A gente não se ocupava dos meios: estávamos na festa, na casa, na cantina, no estádio. O primeiro que abriu para mim certa contextualização foi Gramsci, e logo descobri, numa viagem de estudos, Thompson, Raymond Williams, Richard Hoggart, os três pais dos Estudos Culturais ingleses. Conheci-os em fins dos anos setenta. [...] Fazíamos Estudos Culturais muito antes que esta etiqueta aparecesse [...] A América Latina não se incorporou aos Estudos Culturais quando a etiqueta virou moda; a história, aqui, é muito distinta (Martín-Barbero, 1996, p. 4-5).

Ríos, Del Sarto e Trigo (2003, pp. 324-325), entendem que os Estudos Culturais são:

[...] um campo de reflexão configurado desde a tradição crítica latino-americana, que se mantém em diálogo constante, muitas vezes conflitivo, com escolas de pensamento ocidental como o estruturalismo francês, o pós-estruturalismo e o pós-modernismo; a linguística, a antropologia e a sociologia da cultura; a Escola de Frankfurt e a teoria da recepção; a semiótica e o feminismo; e, mais recentemente, os Estudos Culturais em suas vertentes anglo-americanas. Paralelamente, a longa e importante tradição de pensamento na América Latina tem muito a ver com o trabalho que iniciou com Bello e Sarmiento e ainda não terminou, sem descartar os pressupostos de tendências crítico-teóricas tão importantes como a teoria da dependência, a pedagogia do oprimido, a teologia da libertação, ou as teorias atinentes à problemática cultural, como a transculturação ou a heterogeneidade, variáveis particulares mais recentes desse pensamento.

Dessa forma, os ECs latino-americanos se constituem a partir de um campo amplo oriundo de várias vertentes, compreendendo os estudos sobre “Comunicação e recepção”, apoiando-se nas teorias da realidade latino-americana, tais como o processo de “colonização exploratória, industrialização tardia, modernização acelerada e mestiçagem de povos”. (Moresco; Ribeiro, 2015, p. 177).

Os estudos de Hall (2003), foram de suma importância para a entrada dos EC, por volta da década de 1990. Um marco de ascensão para os ECs, foi a Associação Brasileira de Literatura Comparada, que através de publicações de trabalhos, se dedicou a analisar as

transformações no campo disciplinar, que na época, “[...] as contribuições de Stuart Hall despontam como marco no advento de novas possibilidades de interpretação e entendimento de questões da área”. (Costa; Wortmann; Silveira, 2014, p. 641).

No Brasil, os ECs não aparecem como área disciplinar vem recebendo características de saberes nômades por serem: polimórficos (a qualidade ou a condição do que está sujeito a mudar a forma ou por se apresenta sob diversas formas distintas ou classes separadas); transgressivos (por atravessar, exceder, ultrapassar, noções que pressupõem a existência de uma norma que estabelece e demarca limites); antropofágicos (metáfora que simboliza a influência cultural países distintos devendo ser devorada e assimilada pela cultura local); e plurais (por apresentar e assimilar diversas ramificações).

De acordo com Costa (2000, p. 13),

[...] saberes nômades, que migram de uma disciplina para outra, de uma cultura para outra, que percorrem países, grupos, práticas, tradições, e que não são capturados pelas cartografias consagradas que têm ordenado a produção do pensamento humano – eis uma descrição que parece provisoriamente adequada para me referir ao ethos contingente do que tem sido denominado de Estudos Culturais, ou Cultural Studies, em sua versão contemporânea.

Pode-se perceber que os saberes culturais foram abalizados pela marginalidade. Uma vez que os adeptos culturais lutam por uma

oposição ao contraste, embates interiores críticos em favor e desfavor dos saberes adquiridos pelos sujeitos no sistema educacional e nos espaços educativos. Os estudiosos dos ECs não procuram um papel de privilegiado para assumir como ditadores de soluções confinantes para os problemas sociais contemporâneos. Fazem o contrário, preocupam-se em apontar indicativos de tais problemáticas, suas condições e possibilidade de soluções.

Por ser um campo de investigação de caráter interdisciplinar, os ECs exploram as mais diversas configurações e situações de produção ou de concepção de significações e difusão na atual sociedade. Nesse aspecto, pode-se dizer que a criação de significado e de falas que regulam as práticas da e na sociedade revelam o papel de poder na regulação de atividades nas formações sociais. Os ECs não são disciplina distinta, mas recebe uma abordagem aberta dentro das disciplinas/áreas que os constituí.

No que se refere às políticas culturais e identitárias, destaca-se as transformações vivenciadas no capitalismo global e transnacional (troca interpessoal) sendo cada vez mais tendentes as fronteiras. Em decorrência, espalham-se iniciativas de movimentos políticos com novos atores sociais reivindicando direitos específicos, ajuntados à legislação, partido do pressuposto constitucional que prevê o respeito às diferenças, como: os movimentos negros e indígenas, que agenciaram avanços extraordinários nas políticas públicas, nas normativas e dispositivos legais no campo educacional.

Para tanto, no Brasil, leis foram criadas para regulamentar, resguardar e garantir os ECs em âmbito educacional, Ensino Básico e/ou Superior, com destaque para as Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 (obrigatoriedade da abordagem da história e da cultura

Afro-Brasileira e Indígena nas escolas públicas de Educação Básica do país), e a Lei nº 12.711/2012, regulamentada pelo Decreto Presidencial nº 7.824/2012 e pela Portaria Normativa nº 18/2012, do Ministério da Educação, que obriga a reserva de 50% das vagas em cursos oferecidos por Universidades e Institutos Federais a alunos que estudaram integralmente o ensino médio em escola pública, reservando e resguardando, ainda, vagas para pretos e pardos, indígenas e deficientes.

Hall (1997, p. 20), salienta que,

[...] a cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos - e mais imprevisíveis - da mudança histórica do novo milênio. Não devemos nos surpreender, então, que as lutas pelo poder deixem de ter uma forma simplesmente física e compulsiva para serem cada vez mais simbólicas e discursivas, e que o poder em si assuma, progressivamente, a forma de uma política cultural.

Desse modo, os ECs são vistos como interdisciplinares por estarem presentes em diversas áreas, tais como: economia política, teoria da comunicação, sociologia, teoria social, crítica literária, cinema, antropologia cultural, geografia, filosofia e estudo dos fenômenos culturais existentes nas mais diversas sociedades. Os estudiosos dessa área se interessam por fenômenos que se referem a questões de Ideologia, nacionalidade, etnia, Género (sociedade) e classe social.

CONSTRUÇÃO DO SER NO PROCESSO DE MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO DA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE

A partir das reflexões apresentadas nos trabalhos de Seluchinesk (2008) e Zart (1998), podemos compreender que o processo de colonização da Amazônia Mato-Grossense ocorreu nos anos de 1970, através de um programa do governo militar, (pautado no Programa de Integração Nacional) para que determinadas áreas que se encontravam “vazias”, fossem ocupadas, a fim de promover transformações, sejam elas econômicas, sociais ou ambientais. O processo de colonização surgiu por meio de uma proposta entre Governo e Empresas colonizadoras, trazendo consigo, a ganância da devastação para inserção de edifícios, transformando sua paisagem local, almejando tornar o ambiente um lugar “civilizado”, atraindo assim, com a política de “distribuição de Terras”, pessoas que sonhavam em adquirir um lugar para produzirem. Assim, tem na mídia da época, o meio de difusão de propagandas das novas Glebas, onde Zart (1998, p. 92) ao interpretar Santos (1993, p. 81), salienta que os anúncios teriam que ser chamativos e desejadas por uma população determinada. E complementa que o papel da propaganda, era difundir uma mensagem para “fazer nascer uma opinião coletiva, capaz de uma prática”.

Ainda neste contexto, Seluchinesk (2008), aponta que as colonizadoras ou o próprio governo, para divulgar as novas áreas se utilizavam de anúncios em jornais, distribuição de folders, cujos textos apontavam para a certeza enriquecer todos que estivessem dispostos a trabalhar. Essa ideia era fortemente reforçada nos slogans das colonizadoras, conforme Seluchinesk (2008, p. 86) descreve em seu trabalho de doutorado “todas as propagandas traziam a filosofia do rápido progresso a curto prazo, pois com terra fértil e investimento (incentivo do governo), era impossível não enriquecer”, de acordo com as colonizadoras. Mas, Seluchinesk (2008), ainda aponta que “ao longo dos primeiros anos, os colonos

descobriam que a terra não era tudo o que diziam, e o que eles esperavam” [...].

Conforme Zart (1998), a propaganda pró-imigração e pró-colonização, enfatizava também a possibilidade de comprar mais terras, se vendessem as que tinham na “Velha Colônia”. Assim, com a ênfase no progresso e nas condições estruturais, materiais de existência e imateriais (subjetivas) criadas pelas propagandas despertaram a curiosidade e o espaço político intrafamiliar favorável à migração. Deste modo, os colonos, viram nesse projeto, uma esperança pela mudança de vida, já que vinham enfrentando uma grande crise devido a mecanização no processo agrícola. Ferreira et al. (1999), afirma que, a consolidação de grandes propriedades territoriais, só foi possível devido a políticas irregulares, que favoreciam os governantes e as pessoas que se interessavam em se instalar na fronteira agrícola mato-grossense.

As distinções existentes entre os movimentos migratórios históricos e contemporâneos, estabelecem relações entre aqueles que estão e aqueles que chegam. Os grupos formados pelas migrações, são temporalmente distintas, trazendo consigo uma cultura, que se transforma e se reorganiza, a partir do tempo e dos contatos com as diferenças.

Segundo Baptista (2005),

[...]quando dizemos olhar o Outro de forma científica, queremos dizer que lhes estamos a descrever os valores, os sistemas políticos e econômicos, as estruturas sociais e de parentescos, os ritos e as crenças religiosas, a história militar, civil e diplomática ou do quotidiano, e no final, quem ficou intocado foi precisamente o Outro, que, assim quisermos desnudar. (Baptista, 2005, p. 240)

Seluchinesk (2008), contribui afirmando que as colonizadoras após adquirirem as áreas para colonização, preparavam minimamente com estradas para acesso, após ter apagado todo e qualquer vestígio de indígenas. O restante da infraestrutura e condições materiais dos anúncios, não passavam de propagandas traz que as representações dos colonos são pautadas na religião, educação, trabalho, meio ambiente e desenvolvimento, trazendo consigo, muita dor e insegurança, marcados por um tempo de total incerteza quanto a sua permanência no lugar aonde residem. Sendo evidente nos discursos das propagandas, que o trabalho aparece como premissa, condição primeira para a permanência dos migrantes-colonos/as.

Neste contexto, nos recorreremos aos estudos culturais, que são um campo de investigação de carácter interdisciplinar que explora as formas de produção ou criação de significados e de difusão dos mesmos nas sociedades atuais para abordar e problematizar este fenómeno. Nessa perspectiva, a criação de significado e dos discursos das colonizadoras “reguladores das práticas significantes da sociedade revelam o papel apresentado pelo poder na regulação das atividades cotidianas das formações sociais”, conforme Escosteguy (2001).

Entendemos esse processo de difusão e dispersão das propagandas das colonizadoras a partir da Teoria da Recepção, de Hall (2003), tese que organiza a comunicação em um processo de codificação-decodificação da mensagem. Onde Hall rompe com a ideia da linearidade comunicativa entre emissor-receptor, considerando a importância do código na compreensão da mensagem. Uma vez que, admite a influência de fatores sociais, políticos e culturais que alteram na forma como o indivíduo decodifica mensagens. Assim, etapas independentes se relacionam no processo de formação da mensagem e sua posterior compreensão (produção, circulação, consumo/distribuição e reprodução). E neste contexto, no processo de colonização da Amazônia Mato-Grossense, nos diversos lócus aconteceram inúmeras relações entre homens, mulheres e desses com a natureza, mediados por uma diversidade cultural e religiosa, onde tais fatos contribuíram para a construção de significados outros para suas vivências, por meio de suas representações sociais que também serão reconstruídas.

Que como bem salienta Seluchinesk (2008), que essas relações, reconfigura a forma de ver, pensar e de ser. A autora ainda destaca que para tornar as novas áreas agricultáveis, precisava de muito trabalho braçal, que era muito arriscado, pelo enfrentamento de animais selvagens e riscos de acidentes nas derrubadas da floresta. Assim, as colonizadoras teciam elogios, dizendo nos anúncios de folders, jornais e propagandas de rádios que a nova Gleba (nova área a ser colonizada) precisava de homens e mulheres trabalhadores/as, valentes, corajosos/as e destemidos/as, que na colonização não havia nem dia, hora, nem tamanho e credo que interferisse na necessidade de trabalhar.

Diante das ponderações, acreditamos que a colonizadora se utilizou das três concepções distintas de identidade: a do sujeito iluminista (indivíduo totalmente centrado e unificado); a do sujeito sociológico (o indivíduo é formado a partir da relação entre pessoas na sociedade) e a do sujeito pós-moderno (indivíduo sem identidade fixa ou permanente, ou seja, identidade histórica e não biológica), nas propagandas pró-colonização e pró-migração, que convenceram grandes números de pessoas, e estas incorporavam, resignificavam e retransmitiam essas mensagens. Transmutando, desejos, sonhos, culturas e identidades, uma vez que para Hall (2003), a identidade pode ser observada como algo flexível, sujeito a transformações, enquanto patrimônio cultural: material ou imaterial. Ou seja, vai em sentido oposto a prática, a ideia de permanência, consolidando valores e justificando-se na construção e no fortalecimento destas.

Para Hall (2003, p. 18), “[...] a identidade é irrevogavelmente uma questão histórica. Nossas sociedades são compostas não de um, mas de muitos povos. Suas origens não são únicas, mas diversas”. Portanto, ainda segundo Hall (2006, p. 8), é algo “[...] complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social”.

Neste sentido, o autor ainda salienta que:

[...] o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (Hall, 2006, p.13).

Mas, vale ressaltar aqui, que a mensagem central das colonizadoras, era que a colonização e o trabalho era o meio e o fim, para ficar rico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo militar, as empresas colonizadoras e as cooperativas de colonização, imprimiram nesses indivíduos (trabalhadores/as) a ideia de conquistadores, desbravadores, primeiros habitantes da região, e que por isso podiam dominar e explorar sem limites. Deste modo, o processo de migração e colonização da Amazônia Mato-Grossense, permitiram um movimento populacional intenso fundado no trabalho, educação e religião e na família enquanto unidade fundamental básica. Essas políticas produziram e moldaram identidades, culturas e sujeitos. Tal processo, traz marcas da colonização colonial, carregadas de interesses do colonizador, que geralmente orientava a utilização das terras de acordo com seus

interesses. Assim, episteme, dos Estudos Culturais tem o compromisso de examinar práticas culturais, apontando as relações entre cultura, conhecimento e poder. Por fazerem afastamentos das narrativas eurocêntricas, do conhecimento disciplinar, à “alta cultura”, ao cientificismo e a outros legados.

De modo que, para compreender os ECs é necessário comprometimento com o modo de observar a cultura, assinalada pela abordagem contextual e conjuntural, reconhecendo as diferenças culturais que são atingidas por relações preestabelecidas de poder. Portanto, é imprescindível assumir um posicionamento interdisciplinar, para compreender, comprovar e intervir, partindo da abordagem contextual, sobre articulações cultural e político, tornando claro que sua problemática está composta pelas intersecções: cultura e poder. Neste sentido os trabalhos de pesquisa de Zart (1998) e Seluchinesk (2008) tem traços dos Estudos Culturais por interpretar, descrever e problematizar dinâmicas de diversos níveis culturais, emaranhadas nas várias forças determinantes, como as econômicas, política e cultural, que se movimentam e constante conflito entre si, e com a complexa “unidade”, que é a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológico Do Estado**. Lisboa: Presença, 1980.

BAPTISTA, Maria Manuel Rocha Teixeira. A criação do “Outro” na cultura pós-moderna. In: JORGE, V. O. (Coord.) **Cultura Light**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio. pp. 235-243, 2005.

BAPTISTA, Maria Manuel Rocha Teixeira. Estudos culturais: o quê e o como da investigação. **Carnets, Cultures littéraires:** nouvelles performances et développement, n° spécial, automne / hiver, pp. 451-461. 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Distinction:** A Social Critique of the Judgement of Taste. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1984.

BRASIL, Elizabeth Detone Faustini; CASTRO, Juliana Contti; ALMONFREY, Juliana de Souza Silva; BRECIANE, Karolini Galimberti Pattuzzo. Estudos Culturais e Educação: perspectivas temáticas no contexto dos programas de pós-graduação no Brasil. **Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica.** Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 22, n. 2, p. 42-63, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/prodiscente/article/view/14922>. Acesso em: 09 jan. 2023.

COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Estudos Culturais em Educação:** mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema... 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

COSTA, Marisa Vorraber; WORTMANN, Maria Lúcia Castagna; SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. Stuart Hall: tributo a um autor que revolucionou as discussões em educação no Brasil. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 635-649, 2014.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. **Os Estudos Culturais:** Cartografias Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3363368/mod_resource/content/1/estudos_culturais_ana.pdf. Acesso em: 09 jan. 2023.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. **Os estudos culturais.** Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, Vozes, p. 151-170, 2001.

FERREIRA, Eudson de Castro; FERNÁNDEZ, Antonio João Castrillon; SILVA, Evande Praxedes da. A Reconstrução dos Assentamentos Rurais em Mato Grosso, 1999. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de e LEITE, Sérgio Pereira (orgs.), 1999. **A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil.** Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS/CPDA, 1999.

FOUCAULT , Michel. **Micro-Física do Poder.** Rio de Janeiro:Graal, 26^a ed. 2008.

GIROUX, Henri. Praticando estudos culturais nas faculdades de Educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na sala de aula:** uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 85-103.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2^aed. 1978.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura:** notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

HALL, Stuart. Estudos Culturais, dois paradigmas. In: Hall, Stuart. **Da Diáspora – Identidades e mediações culturais.** Liv Sovik, org. Trad. Adelaide La Guardia Resende...[et alli]. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade.** 21. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (orgs.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando; Campinas: Faculdade de Educação, 2018. 208p. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-golpe-2016>. Acesso em: 25 de set. de 2026.

LYOTARD, Jean-François. **O Pós-Moderno Explicado Às Crianças**. Lisboa: Publicações D'Quixote, 1987.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Nosotros habíamos hecho estudios culturales mucho antes de que esta etiqueta apareciera. Entrevista a Jesús Martín-Barbero. **Dissens**, n. 3, p. 47-53, 1996.

MORESCO, Marcielly Cristina; RIBEIRO, Regiane. O conceito de identidade nos estudos culturais britânicos e latino-americanos: um resgate teórico. Animus: **Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, Santa Maria, v. 14, n. 27, p. 168–183, 2015. DOI: 10.5902/2175497713570.

REPESTRO, Eduardo. Sobre os Estudos Culturais na América Latina. **Educação** (Porto Alegre, impresso), v. 38, n. 1, p. 21-31, jan.-abr. 2015.

RÍOS, Alicia; SARTO, Ana del; TRIGO, Abril. Presentación. Los estudios culturales latinoamericanos hacia el siglo XXI. **Revista Iberoamericana**, v. 49, n. 203, p. 323-331, 2003

SANTOS, Boaventura de Souza. **Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade**. 2003. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/81691/1/Entre%20Prospero%20e%20Caliban_colonialismo%2C%20pos-colonialismo%20e%20inter-identidade.pdf. Acesso em: 05 jan. 2023.

SELUCHINESK, Rosane Duarte Rosa. **De heróis a vilões:** imagem e auto-imagem dos colonos da Amazônia Mato-Grossense. 263 p. - UnB-CDS, Doutor, Política e Gestão Ambiental, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na sala de aula:** uma introdução aos estudos culturais em educação. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVEIRA, Lélian Patrícia de Oliveira; BAPTISTA, Maria Manuel Rocha Teixeira. Estudos Culturais, Pós-colonialismo e a (des)construção do outro: a orientalização do novo mundo – o caso do Brasil. **Fênix - Revista De História E Estudos Culturais**, 17 (1), 354-375. 2020. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/25>. DOI: 10.35355/0000059. Acesso em: 09 jan. 2023.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna; COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. **Sobre a emergência e a expansão dos Estudos Culturais em educação no Brasil.** Educação, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 32-48, jan/abril. 2015.

ZART, Laudemir Luiz. **Desencanto na Nova Terra:** Assentamento no município de Lucas do Rio Verde-MT na década de 80. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina: 1998.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Autores 1 e 2 – Elaboração e coordenação do projeto, coleta de dados, análise dos dados e escrita do texto.

Autores 3 e 4 – Participação ativa na análise dos dados e na revisão da escrita final.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse. Porém, o trabalho na condição de resumo expandido foi aprovado, apresentado e publicado nas anais do IV Congresso Científico Internacional da RedeCT IV, com o tema: Construção do ser no processo de migração e colonização da Amazônia Mato-grossense: reflexões à luz da episteme dos estudos culturais, foi apresentando na modalidade Resumo e Área(s) Temática(s) GT 10 - Descolonização, outras filosofias e epistemologias e desafios metodológicos, em Belém/PA, 07/11/2023 a 10/11/2023. Disponível em: <https://static.even3.com/anais/674652.pdf?v=638916756297802291>

¹ Doutorando em Educação no PPGEDU/UNEMAT e Docente do ensino fundamental II, Rede Estadual de Educação, Seduc/MT. Cáceres, Mato Grosso (MT), Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1618-1833>. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#); [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Mestra em Educação e Docente do ensino médio, Rede Estadual de Educação, Seduc/MT. Curvelândia, Mato Grosso (MT), Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4498-3393>. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Pós-doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Docente/Orientador no PPGEDU/UNEMAT. Cáceres, Mato Grosso (MT), Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9117-0782>. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ Caliban – A Tempestade de Augusto Boal | Tribo de Atuadores Ói Nóis Aqui Traveiz (BRA). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xsEbH0KAW-o>. O Próspero português não é apenas um Próspero calibanizado: é um Caliban quando visto da perspectiva dos Super-Prósperos europeus (SANTOS, 2003).